



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1412/2024

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM CONCRETO E LADRILHO HIDRAULICO, RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E MURO DE FECHAMENTO**  
**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**DATA E HORA DO PREGÃO: 21/05/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)**

**SESSÃO PÚBLICA: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM**

**UASG DE ATUAÇÃO: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP**

#### PREÂMBULO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da **SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** e **SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no dia **21 de maio de 2026**, às **09h30min (horário oficial de Brasília-DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº 986921, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM CONCRETO E LADRILHO HIDRAULICO, RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E MURO DE FECHAMENTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipais nº [7929/2023](#), nº [7843/2023](#), nº [6238/2017](#), nº [6434/2018](#) e demais legislações aplicáveis e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**ATENÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ITEM 15.1., SOB PENA DE SOFRER A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONFORME PREVISTO NOS ITENS 15.2 A 15.15.**

#### 1. DO OBJETO

**1.1.** Constitui objeto da presente Licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM CONCRETO E LADRILHO HIDRAULICO, RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E MURO DE FECHAMENTO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

**2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

#### 3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**3.1.** As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº:

SECRETARIA	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE
SESURB	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS
	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.39.00	FEDERAL
SEDUC	09.02.00/12.361.2006.2381/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS
SESAP	10.07.00/10.122.1001.2377/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS

**3.2.** O valor estimado da contratação conforme o Termo de Referência (ANEXO I).

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a autenticidade e o acesso ao conteúdo, clique no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**4.1.** Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras))

**4.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome e assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.5.** A licitação não terá itens para a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

**4.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**4.6.1.** No lote 1 não será concedido nesta licitação tratamento favorecido para microempresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.7.** Não poderão disputar esta licitação:

**4.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a autenticidade, acesse: <https://assinadigital.sp.gov.br/consultar> ou acesse o QR Code. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**4.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;**

**4.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;**

**4.7.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

#### 4.7.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

**4.8.** O impedimento de que trata o item **4.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição de outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive de sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.7.2** e **4.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.11.** O disposto nos itens **4.7.2** e **4.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**4.13.** A vedação de que trata o item **4.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**4.14.** A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ofertado e a declaração de não apresentar recurso ou de não fazer uso da faculdade de recorrer, dentro **do prazo** e nos **termos** estabelecidos para abertura da sessão pública, para que, **em caso de recurso**, o mesmo seja encaminhado para julgamento pelos respectivos membros de avaliação técnica do Edital.

**5.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **9.1.1** e **9.10.1** deste Edital.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**5.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.4.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**5.4.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**5.4.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**5.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**5.6.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**5.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.7.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

**5.7.1.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**5.7.2.** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**5.7.3.** De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.7.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.7.5.** Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.7.6.** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**5.7.7.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**5.7.8.** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**5.7.9.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

**5.7.10.** Constituída sob a forma de sociedade por ações.

**5.7.11.** Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**5.8.** A falsidade da declaração de que trata os itens **5.4** ou **5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**5.9. A licitante deverá apresentar Declaração de parentesco, conforme modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.**

**5.10.** As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

**5.11.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

**5.12.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

**5.13.** Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

**5.14.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.15.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública da fase de envio de lances.

**5.16.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.17.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.17.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta e

**5.17.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e intervalo de que trata o subitem acima.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a autenticidade acesse o link: <https://assinadigital.milam507KNVEZPQ6KF35WDXKY>  
Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.

















**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.23.7.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**7.24.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **4.7** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;  
b) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;  
c) Tribunal de Contas da União;  
d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União.

**8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.**

**8.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.**

**8.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.5.** Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME / EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 5.6 deste edital.

**8.6.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.

**8.5.1.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

### 8.6.1. Contiver vício insanável:

**8.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;**

**8.6.3.** Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;

**8.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;**

**8.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável**

**8.6.6.** Caso o Termo de Referência conste a obrigatoriedade de declarar marca, o licitante apenas o fizer no momento do envio da proposta.

**8.6.6.1.** Ao encaminhar a proposta com o valor negociado e aceito, não mantenha a mesma marca cadastrada inicialmente no sistema

[illegible]



## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**8.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**8.7.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**8.7.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**8.7.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.8.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade do sobrepreço considerará o seguinte:

**8.8.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, sem integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**8.8.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**8.8.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**8.8.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**8.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove exequibilidade da proposta.

**8.10.1.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.10.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**8.10.2.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

**8.10.3.** Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

**8.10.4.** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem exequibilidade da proposta.

Este documento foi assinado digitalmente por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. https://portaltransparencia.sp.gov.br/consultar-informacoes-codigos-de-verificacao/5077KNVEPQ6K-F35WDXXK





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**8.10.5.** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

**8.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**8.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**8.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

### 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**9.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

**9.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.3.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.4.** Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

**9.4.1.** No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **9.4**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da Administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

**9.5.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Este documento foi assinado digitalmente por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. JPI5D7K7K7E70PQ6K o código XLFM50M e o código JPI5D7K7K7E70PQ6K







## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**9.6.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**9.7.** O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.8.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**9.8.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**9.9.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.9.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

**9.9.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta, com o preço ou o percentual de desconto.

**9.10.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**9.10.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**9.10.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**9.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

**9.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**9.11.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.9.1**.

**9.15.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**9.16.** As Microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

- a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

**9.17.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**10.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: [sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br) ou [licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:licitacao@praiagrande.sp.gov.br).

**10.2.** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

**10.3.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico: [sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br) ou [licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:licitacao@praiagrande.sp.gov.br).

**10.4.** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

**10.5.** Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.6.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

**10.7.** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

**10.8.** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

**10.9.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.10.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**10.11.** As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

### 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**11.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**11.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**11.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**11.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**11.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**11.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**11.8.** A atualização periódica dos preços registrados será através de índices oficiais.

**11.9.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

**11.9.1.** Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

### 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**12.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**12.1.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação.

**12.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**12.3.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**12.4.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Este documento foi assinado digitalmente por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. Para verificar a assinatura digital, acesse: https://www.praiagrande.sp.gov.br/compras/pt-br/portal-de-compras-do-governo-federal. Para verificar a assinatura digital, acesse: https://www.praiagrande.sp.gov.br/compras/pt-br/portal-de-compras-do-governo-federal.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**12.4.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**12.4.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços

### 13. DO TERMO DE CONTRATO

**13.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

**13.2.** A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

**13.2.1.** Referida Autorização está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios a estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.2.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

**13.2.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**13.3.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

### 14. DOS RECURSOS

**14.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**14.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**14.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**14.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**14.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**14.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**14.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**14.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**14.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a autenticidade acesse: <https://assinadordoc.milao.sp.gov.br/consulta-e-informacoes> ou escaneie o QRCode. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**14.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

### **15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**15.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**15.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

**15.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**15.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**15.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**15.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**15.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra; ou

**15.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**15.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**15.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**15.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**15.1.5.** Fraudar a licitação;

**15.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**15.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**15.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**15.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**15.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**15.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**15.2.** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.

**15.3.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**15.3.1.** Advertência;

**15.3.2.** Multa;







## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**15.3.3.** Impedimento de licitar e contratar; e

**15.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**15.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**15.4.1.** Na natureza e a gravidade da infração cometida.

**15.4.2.** As peculiaridades do caso concreto

**15.4.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**15.4.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**15.4.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**15.5.1.** Para as infrações previstas nos itens **15.1.1**, **15.1.2** e **15.1.3**, a multa será de 0,5% a do valor do contrato licitado.

**15.5.2.** Para as infrações previstas nos itens **15.1.4**, **15.1.5**, **15.1.6**, **15.1.7** e **15.1.8**, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

**15.6.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**15.7.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**15.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **15.1.1**, **15.1.2** e **15.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**15.9.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **15.1.4**, **15.1.5**, **15.1.6**, **15.1.7** e **15.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **15.1.1**, **15.1.2** e **15.1.3**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

**15.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

**15.11.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**15.12.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará

Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. Este documento foi assinado digitalmente, para verificação acesse o link: https://assinador.digitalexterno.sp.gov.br/consultar e informe o código: XLFM5OME JPI5D7KN VE7OPQ6K F35WDKKY





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**15.13.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**15.14.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**15.15.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

**16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**16.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.6.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

**16.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**16.8.** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

**16.9.** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**16.10.** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

**16.11.** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.12.** O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**16.13.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**16.14.** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.

**16.15.** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

**16.16.** A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irretratável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

**16.17.** As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

**16.18.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, [Portal de Compras do Governo Federal](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

**16.19.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

**16.20.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

**16.21.** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

**16.22.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**16.23.** O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, [Portal de Compras do Governo Federal](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

**16.24.** Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

## 17. DOS ANEXOS

**17.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**17.1.1. ANEXO I - Termo de Referência**

**17.1.1.1. 1º Apêndice do ANEXO I - Condições Gerais**

**17.1.1.2. 2º Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar**

**17.1.2. ANEXO II – Planilha Proposta**

**17.1.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços**

**17.1.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato**

**17.1.5. ANEXO V – Cadastro Reserva**

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a autenticidade e a validade jurídica, acesse: <https://assinadordoc.org.br> ou acesse: <https://assinadordoc.org.br> e informe o código de verificação: XLFM5010K F35WDXK 555KN VE70POK F35WDXK





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Praia Grande, 04 de maio de 2026.

**SORAIA M. MILAN**

Secretária Municipal de Serviços Urbanos

**PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**

Secretária Municipal de Educação

**JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**

Secretário Municipal de Saúde Pública

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código XLFM50ME JPI5D7KN VE70PQ6K F35WDXKY  
Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

#### ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM CONCRETO E LADRILHO HIDRAULICO, RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E MURO DE FECHAMENTO

##### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

**1.1.** Contratação de serviços de adequação e manutenção de calçadas em concreto e ladrilho hidráulico, rampas de acessibilidade e muro de fechamento, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como nos termos da tabela inserida no **“1º Apêndice do Anexo I – Condições Gerais”**.

**1.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

**1.3.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do ETP.

**1.4.** O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, de acordo com o art. 84, da Lei nº 14.433/2021.

**1.4.1.** Decorrido o prazo de um ano da vigência da Ata de Registro de Preços e havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do IPCA-E ou por índice que venha a substituí-lo observada as diretrizes do art. 182 da Lei 14.333/2021.

**1.5.** O fornecimento do serviço é enquadrado como não continuado.

**1.6** O termo de ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

##### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

**2.1.** A execução de serviços de adequação e manutenção de calçadas em concreto e ladrilho hidráulico, assim como a construção de rampas de acessibilidade e muros de fechamento, é essencial para garantir mobilidade urbana, a segurança dos pedestres e a conformidade com as normas de acessibilidade. Problemas comuns incluem desgaste natural das calçadas, quebras ou desníveis provocados por tráfego intenso ou raízes de árvores, além da ausência de rampas adequadas e da deterioração de muros de contenção ou fechamento.

A substituição de trechos danificados das calçadas por materiais de maior qualidade e durabilidade, como concreto e ladrilho hidráulico, contribui para reduzir manutenções frequentes e assegurar melhores condições de uso. A implantação de rampas de acessibilidade é indispensável para promover a inclusão social e permitir a circulação segura de pessoas com mobilidade reduzida. Já a construção e manutenção de muros de fechamento colaboram para a preservação do patrimônio público, garantindo organização e segurança nas áreas urbanas.

A ausência de manutenção adequada ou a demora na execução dos reparos pode resultar em desníveis, pisos escorregadios ou obstáculos que aumentam o risco de quedas, acidentes e restrições à mobilidade dos pedestres, principalmente idosos, crianças e pessoas com deficiência. Muros de fechamento danificados, além de comprometer a estética urbana, podem oferecer riscos à segurança e ao uso adequado dos espaços públicos.

A disponibilidade imediata de materiais e serviços especializados para adequação e manutenção dessas estruturas é crucial para assegurar a continuidade do uso seguro e eficiente dos passeios públicos. Investir em calçadas de qualidade, rampas acessíveis e muros resistentes representa não apenas economia a longo prazo, mas também um compromisso com a acessibilidade, a mobilidade urbana e o bem-estar da população.







## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Assim, a execução de serviços de adequação e manutenção de calçadas em concreto e ladrilho hidráulico, rampas de acessibilidade e muros de fechamento deve ser considerada prioridade na gestão da infraestrutura urbana, garantindo durabilidade, funcionalidade e segurança para todos os usuários.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2025) conforme detalhamento a seguir no link <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2025>.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.**

**3.1.** Para atendimento da demanda em questão, a solução proposta é a realização de processo licitatório amplo na modalidade Pregão no formato eletrônico, do tipo menor preço por lote, para adequação e manutenção de calçadas em concreto e ladrilho hidráulico, rampas de acessibilidade e muro de fechamento.

**3.2.** Quanto às especificações do item, levou-se em consideração as especificações dos produtos já adquiridos, do portal de compras do Governo Federal (Compras.Gov), tabelas oficiais (SINAPI e CDHU) e em aquisições de outros órgãos.

**3.2.1.** Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens do portal Compras.Gov mais semelhantes aos descritos no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo portal Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.

**3.2.2.** A solução proposta consiste na execução de serviços de adequação e manutenção de calçadas em concreto e ladrilho hidráulico, bem como na construção de rampas de acessibilidade e muros de fechamento, conforme especificações detalhadas na planilha estimativa. Esses serviços são indispensáveis para garantir a mobilidade urbana, a segurança dos pedestres e a preservação das áreas públicas, atendendo às normas técnicas e de acessibilidade vigentes.

**3.2.3.** As intervenções serão realizadas tanto em caráter preventivo quanto corretivo, assegurando a regularidade e a segurança na circulação de pessoas, especialmente idosos, crianças e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A ausência de manutenção e adequação adequada pode resultar em desníveis, pisos escorregadios, barreiras físicas ou falhas estruturais, comprometendo a acessibilidade e aumentando o risco de acidentes.

**3.2.4.** A escolha dos materiais, como concreto de alta resistência e ladrilho hidráulico, justifica-se pela durabilidade, facilidade de manutenção, compatibilidade com o ambiente urbano e bom desempenho estético. Da mesma forma, as rampas de acessibilidade e os muros de fechamento serão executados com base em padrões técnicos que asseguram segurança, funcionalidade e integração às estruturas existentes.

**3.3.** A solução proposta atende de forma satisfatória à demanda da Administração, permitindo que a execução dos serviços seja realizada de maneira eficiente e assertiva, garantindo a acessibilidade, segurança dos pedestres e a adequada preservação da infraestrutura urbana.

**3.4.** Modalidade: Pregão eletrônico;

**3.5.** Sistema: Registro de Preço;

**3.6.** Tipo: Menor preço por lote.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

**4.1. Sustentabilidade:** A empresa contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

**4.2. Indicação de marca ou modelo:** As especificações contidas no presente termo de referência abrangem uma ampla quantidade de marcas aptas para o fornecimento.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QR Code ou acesse o link: <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2025>  
Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

### **4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

A administração não aceitará marcas/produtos que não atendam a todas as especificações exigidas em edital.

**4.4. Amostras:** Não será exigida a apresentação de amostras.

**4.5. Garantia:** Não haverá exigência de garantia da contratação.

**4.6. Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **4.7. Da contratação:**

**4.7.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Termo de Ata de Registro de Preços.

**4.7.2.** A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo Termo de Ata de Registro de Preços com a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.

**4.7.3.** Constitui condição para a assinatura do Termo de Ata de Registro de Preços:

**4.7.3.1.** Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

**4.7.3.2.** Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

**4.7.4.** O Termo de Ata de Registro de Preços deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.

**4.7.5.** O Prazo para assinatura do Termo de Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**4.7.6.** No ato da assinatura do Termo de Ata de Registro de Preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.

**4.7.7.** A Minuta da Ata de Registro de Preços a ser firmada entre a Administração e a licitante vencedora constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

### **4.8. Da rescisão:**

**4.8.1.** O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.8.2.** O Termo de Ata de Registro de Preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

### Condições de entrega

**5.1.** O prazo para a entrega será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento, pelo detentor da Ata, do pedido, requisição, ofício ou autorização de fornecimento da Unidade Requisitante. Facultativamente, desde que devidamente justificado e aceito pelo requisitante, o prazo de entrega poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.

**5.2.** Técnicos dessa unidade realizarão vistorias no ato da entrega para avaliar as condições físicas dos produtos. Caso as condições não sejam satisfatórias, a remessa poderá ser devolvida ou recusada, devendo ser substituída pela empresa detentora da Ata, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**5.3.** O produto, objeto do termo de ata de registro de preços, será recebido pela Unidade Requisitante, sendo devidamente atestada.

**5.4.** A entrega deverá ser realizada nos endereços abaixo relacionados. Poderão ser incluídos novos endereços, caso haja necessidade, por parte da Secretaria Requisitante.

SECRETARIA	SETORES	ENDEREÇOS PARA ENTREGA
<b>SESURB</b>	Departamento de Resíduos Sólidos	Rua José Julio Martins Baptista, 25 – Bairro Antártica – Praia Grande SP
<b>SEDUC</b>	Secretaria de Educação	Rua Fernando Di Stéfano, 160 – Jd. Quietude – Praia Grande SP
<b>SESAP</b>	CEMAS- Centro Oftalmológico	Rua Thomé de Souza, 1,313 - Aviação
	CRATH	Av. Presidente Kennedy, 16616 - Jd Real
	CAPS II - Boqueirão SAE/CTAP	R. Cidade de Santos, 89 - Boqueirão
	CAPS II - MIRIM	Guilherme Penteado De Campo, 390 - Nova Mirim
	CAPS I	R. São Bernardo, 401 - Boqueirão
	CAPS AD	R. São Caetano, 400 - Boqueirão
	CER	Av. Roberto de Almeida Vinhas, 8899 - Vila Mirim
	CEO	Rua Osmar Antonioli, 1289
	CEAS Mulher	R. São José, 700 - Caiçara
	UPA QUIETUDE	Av. Ministro Marcos Freire, 6730 - Jd Quietude
	Residencia Terapeutica	Rua Copacabana, 743 - Guilhermina
	Secretaria de Saúde Pública	Av. Presidente Kennedy- 8850 - Vila Mirim
	USAFA Aviação	Av. Dr. Roberto De Almeida Vinhas, 2929 - Aviação
	USAFA Boqueirão	Av. Presidente Kennedy, 918 - Boqueirão
	USAFA Mirim I	Av. Dos Sindicatos, 635 - Mirim
	USAFA Tupi	R. Meinacós, 95 - Tupi
	USAFA Aloha	R. Zenji Sasaki, 269 - Nova Mirim
	USAFA Anhanguera	R. Josefa Alves de Siqueira, 649 - Anhanguera
	USAFA Antartica	Av. dos Trabalhadores, 3801 - Antartica III Gleba
	USAFA Caiçara	R. Matilde de Azevedo Setubal, 630 - Caiçara
	USAFA Esmeralda I	R. Raquel de Queiroz, 330 - Jd. Esmeralda
	USAFA Rio Branco	AV. Hugo de Carvalho Ramos, 1501 - Jd. Esmeralda
	USAFA Forte	Av. Rio Branco, 562 - Forte
	USAFA Guaramar	Av. dos Trabalhadores, 1717 - Glória
	USAFA Maracanã	R. Cezar Rodrigues Reis, 850 - Maracanã
	USAFA Melvi	R. João Caetano, 101 - Melvi
	USAFA Melvi	R. Frei Santa Rita Durão, esquina com Av. Milena Perutich -Melvi

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código XLFM50M6-JPI5D7KXW-E70PQ6K-05565595XKY





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

USAFA Mirim II	R. Guilherme Penteado De Campos, 400- Nova Mirim
USAFA Ocian	R. José Jorge, 521 Faixa Anexa VI Alzira
USAFA Quietude	R. Rui Manoel Sampaio Seabra Pereira, 500 - Quietude
USAFA Real	R. das Begônias, 452 - Jd. Real
USAFA Ribeirópolis	R. Esmeraldo Tarquínio, 471 - Ribeirópolis
USAFA Santa Marina	Rua Particular, 598 - Jd. Anhanguera
USAFA Samambaia	Av. das Araucárias, 181 - Samambaia
USAFA São Jorge	Av. dos trabalhadores, 4242 -Antártica
USAFA Solemar	Av. Presidente Kennedy, 19726 - Solemar
USAFA Tude Bastos	R. Maria Luiza Lavalle, 68 - Sítio do Campo
USAFA Vila Sônia	R. Antônio Cândido da Silva, 1075 - Vila Sônia
USAFA VI ALICE	R. Renata Câmara Agondi, 46 - Anhanguera
USAFA VI Tupiry	R. Idelfonso Galeano, 368 - Tupiry
USAFA Princesa	R. Virgílio Gabriel de Siqueira, 20 - Jd. Princesa
Saúde Ambiental	R. Ali Hussein Daychoum, 10376 - Vila Sônia
USAFA Noemia	Av. Presidente Kennedy, 4960- tupi
USAFA guilhermina	Av. Presidente Kennedy, 2100 - Guilermina
SAMU - Samambaia	Av. dos Corretores de Imóveis, s/n - Samambaia
SAMU - Aviação	Av. Dr. Roberto De Almeida Vinhas, 2929 - Aviação
SAMU - Quietude	Av. Ministro Marcos Freire, 6730 - Jd Quietude
SAMU - Maracanã	R. Mário Daige, 836 - Maracanã
Academia Maracanã	Av. César Rodrigues Reis, 820 - Maracanã
Academia Aloha	R. Walter Feliciano, 186 - Nova Mirm
Academia Antartica	R. Samuel Aun Weor, 501 - Antartica III Gleba
Academia Esmeralda II	AV. Hugo de Carvalho Ramos, 1501 - Jd. Esmeralda
Academia Santa Marina	R. Particular, 650 - Jd. Anhanguera
Academia Melvi	R. Leopoldo Augusto Miguez, 702 - Jd. Melvi
Academia Samambaia	Av. "C", 176 - Samabaia
Academia São Jorge	AV. João Batista de Siqueira, 51 - Antartica
Academia Ocian	Rua José Jorge, 521 - Faixa anexa VI Alzira
Academia Mirim	R. Nossa Senhora da Conceição/ Av. Santo Antônio de Pádua
Academia Real	R. Lilás/Praça Luiz Antônio Prates Maia

**5.3.** A cada entrega o fornecedor deverá preencher um comprovante de recebimento em duas vias, onde constem o nome do recebedor, função, data e quantidade de entrega. A nota fiscal emitida deverá estar acompanhada de uma via do recibo citado, para conferência de cada setor e na mesma devem ser mencionados o número do empenho e o termo de ata de registro de preços correspondente.

**5.4.** O fornecimento será efetuado de forma parcelada pela contratada conforme a necessidade dos setores das Secretarias, contados a partir da assinatura do Termo de Ata de Registro de Preços.

**5.5.** Os pedidos serão realizados conforme necessidade das unidades requisitantes.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**5.6.** A Prefeitura poderá a qualquer momento efetuar a análise dos produtos entregues, quanto à qualidade e peso.

**5.7.** Em caso de serviço terceirizado de entrega, cabe a contratada a responsabilidade de fiscalizar se a empresa cumpre todas as exigências da legislação e do edital.

**5.8.** É de responsabilidade da contratada verificar e conferir os locais e endereços de entrega devendo arcar com quaisquer danos ocasionados.

### **6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO.**

**6.1.** O termo de ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do termo de ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do termo de ata de registro de preços, o órgão ou entidade **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6.** A execução do termo de ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato ou pelos respectivos substitutos (lei nº 14.133/21 art 117 caput):

**6.6.1. Gestão da execução do termo de ata de registro de preços:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

**6.6.2. Fiscalização técnica:** é o acompanhamento do termo de ata de registro de preços com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

**6.6.3. Fiscalização administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos dos termos de ata de registro de preços quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

**6.6.4. Fiscalização contratual:** é a designação do preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

### **6.7. Sanções e infrações administrativas:**

**6.7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

**6.7.1.1.** Der causa à inexecução parcial do termo de ata de registro de preços;







## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**6.7.1.2.** Der causa à inexecução parcial do termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**6.7.1.3.** Der causa à inexecução total do termo de ata de registro de preços;

**6.7.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**6.7.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do termo de ata de registro de preços;

**6.7.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do termo de ata de registro de preços;

**6.7.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**6.7.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**6.7.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**6.7.2.1. Advertência**, quando o DETENTOR der causa à inexecução parcial do termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**6.7.2.2. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “6.7.1.2. a 6.7.1.4.”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**6.7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “6.7.1.5 a 6.7.1.8.”, bem como nas alíneas “6.7.1.2. a 6.7.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.7.2.4. Multa:**

**6.7.2.4.1.** Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da requisição inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

**6.7.2.4.1.1** O atraso superior a **15 (quinze) dias**, autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

**6.7.2.4.1.2** Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor do termo da ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto.

**6.7.2.4.1.3.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

**6.7.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.7.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.7.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

**6.7.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o DETENTOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

Este documento foi assinado digitalmente para verificação da autenticidade e integridade. Para mais informações, consulte o código de verificação no site: <https://assinadigital.sesurb.sp.gov.br/>. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.







## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**7.3.1.** A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada pela comprovação da regularidade fiscal constada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

**7.4. Prazo e forma de pagamento:** O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da documentação fiscal, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada e aprovada pela Unidade Requisitante.

**7.5.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuído à empresa, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA-E ou por índice que venha a substituí-lo observada as diretrizes do art. 182 da Lei 14.333/2021.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **8.1. Forma de seleção e critério de fornecedor e regime de execução:**

**8.1.1.** - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE no regime de EXECUÇÃO DE EMPREITADA VALOR UNITÁRIO.

#### **8.2. Exigências de habilitação:**

**8.2.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### **8.2.1.1. Habilitação Jurídica**

**8.2.1.1.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.2.1.1.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.2.1.1.3.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.2.1.1.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.1.1.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

**8.2.1.1.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.1.1.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.2.1.1.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

##### **8.2.1.2. Habilitação Fiscal, Social E Trabalhista**

Este documento foi assinado digitalmente por PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**8.2.1.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.2.1.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.2.1.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.2.1.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.2.1.2.5.** O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a ser declarado em campo próprio no sistema Compras.gov.

**8.2.1.2.6.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.2.1.2.7.** Prova de regularidade com a Fazenda [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.2.1.2.8.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.2.1.2.9.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**8.2.1.2.10.** Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

### **8.2.1.3. Qualificação econômico-financeira:**

**8.2.1.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**8.2.1.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis** dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo termos de abertura e encerramento, que comprovem boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta.

**8.2.1.3.2.1** Empresas que tenham sido constituídas há menos de 2 (dois) anos na data do certame licitatório limitar-se-ão a apresentar balanço patrimonial e as demonstrações contábeis referente apenas ao último exercício.

**8.2.1.3.2.2. Somente** empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício social, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balanço de abertura, conforme o disposto no artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133 de 2.020.

**8.2.1.3.2.3** O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis devem ser extraídos do Livro Diário conter os registros no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**8.2.1.3.2.4** Caso a proponente seja Sociedade Anônima, as demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das S.A.).

**8.2.1.3.2.5.** No caso de empresas que efetuaram a Escrituração Contábil pelo Sistema Público de Escrituração Digital deverá apresentar os seguintes documentos: Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário Eletrônico; Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício extraídos do Livro Diário Eletrônico, com o respectivo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital nos termos do artigo 39 da Lei nº. 8.934/94.

**8.2.1.3.2.6** Caso o capital social constante no Balanço Patrimonial seja diverso do constante do Contrato Social Consolidado, deverá ser apresentado Alteração do Contrato Social que comprove que o capital social constante no Balanço Patrimonial está correto.

**8.2.1.3.2** Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Corrente (LC), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(LC) = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

**8.2.1.3.3** Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Geral (LG), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(LG) = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

**8.2.1.3.4** Apresentação do Índice de Solvência Geral (SG), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(SG) = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

**8.2.1.3.5.** As empresas deverão comprovar patrimônio líquido ou capital social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para cada item, quando os índices dos itens anteriores forem inferiores a 1 (um), devendo a comprovação ser feita relativamente a data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

### **8.3. Exigência Técnica:**

**8.3.1.** Certidão de registro/quitação de pessoa jurídica, em nome da licitante expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, com prazo de validade em vigor.

### **8.4. Para fins de qualificação técnico-profissional, deverá ser apresentado pela licitante:**

**8.4.1.** A licitante deverá declarar que possui profissionais de nível superior, Engenheiro Civil pelo CREA.

**8.4.2** A comprovação de vínculo do profissional com a licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documento:

**8.4.3.** Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste a licitante como contratante;

**8.4.4.** Contrato social da licitante, em que conste o profissional como sócio;

**8.4.5.** Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

**8.4.6.** Declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de anuência deste.

**8.4.7.** Os profissional(is) indicado(s) no item anterior deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.







## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**8.4.8.** O(s) profissional(is) indicado(s) no item anterior deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

**8.4.9.** O cumprimento dessas exigências é obrigatório e deverá ser comprovado pela empresa licitante no momento da apresentação da documentação para habilitação, antes da assinatura do contrato e do início das atividades.

**8.5.** Não será admitida a participação de consórcios de empresas e cooperativas, dada a natureza o objeto, por não se tratar de grande vulto ou de alta complexidade técnica, a participação de consórcios e cooperativas tende a diminuir a competitividade, desse modo não será adotada no presente processo.

**8.6.** Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5 da Lei nº 12.690, de 2012.

**8.7.** Forma de adjudicação: **Por lote.**

**8.8.** Critério de julgamento das propostas: **Menor Preço.**

**8.9.** Critério de Regime de execução: **Empreitada valor unitário.**

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**9.1.** O valor apresentado no orçamento estimado pela Prefeitura importa em **R\$ 16.660.955,40 (dezesseis milhões seiscentos e sessenta mil novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos).**

**9.2.** A planilha de custos foi definida de forma clara, concisa e objetiva, cujo valor global para aquisição total dos materiais foi estimado foram obtidos com base na composição do SINAPI e CDHU em planilha onde constam os valores unitários, médio e total de cada item que servirão de parâmetro para a realização da obra.

**9.3.** A metodologia empregada na pesquisa foi de consulta às empresas compatíveis com o ramo de atividade e às atas vigentes de outros órgãos disponibilizadas no Site de Compras do Governo Federal (COMPRAS.GOV) sendo considerada a busca das compras realizadas nos últimos 6 meses nas cidades da região da baixada santista.

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos conforme relacionado abaixo:

SECRETARIA	DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	CÓD. DE APLICAÇÃO
SESAP	4974	10.07.00/10.122.1001.2377/3.3.90.39.16	1	310.00.00
SEDUC	5641	09.02.00/12.361.2006.2381/3.3.90.39.16	1	220.0000
SESURB	2598	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.39.16	1	1.100.000
		15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.39.99		
	7125	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.39.99	5	1.000.288
		15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.39.16		







# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

## 1º APÊNDICE DO ANEXO I – CONDIÇÕES GERAIS

LOTE 1- TIPO DE PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA									
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CATSER	QUANTIDADE			QTD. TOTAL	VALOR ESTIMADO	
				SESURB	SEDUC	SESAP		UNITÁRIO	TOTAL
1	Execução de manutenção/adequação de passeio (calçada) com concreto C25 ou superior de espessura mínima de 8cm com juntas de dilatação e lastro de brita de 5cm, incluso serviços preliminares e todos os insumos e mão de obra necessários à execução do serviço.	m²	5622	20.000	10.000	200	30.200	R\$ 80,69	R\$ 2.436.838,00
2	Execução de manutenção/adequação de passeio (calçada) com revestimento em ladrilho hidráulico, sobre contrapiso em concreto C25 ou superior de espessura mínima de 8cm, com juntas de dilatação e lastro de brita de 5cm, incluso serviços preliminares e todos os insumos e mão de obra necessários à execução do serviço.	m²	5622	8.000	20.000	200	28200	R\$ 325,70	R\$ 9.184.740,00
3	Demolição de piso em concreto para a execução/adequação de rampas de acessibilidade, incluindo todos os suprimentos e mão-de-obra necessários e descarte de entulho gerado.	m³	1635	500	2.000	200	2700	R\$ 491,27	R\$ 1.326.429,00
4	Execução e recomposição de rampa de acessibilidade, padrão ABNT NBR 9050.	m²	5622	2.500	2.000	100	4600	R\$ 112,47	R\$ 517.362,00
TOTAL LOTE 1									R\$ 13.465.369,00

LOTE 2- TIPO DE PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA									
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CATSER	QUANTIDADE			QTD. TOTAL	VALOR ESTIMADO	
				SESURB	SEDUC	SESAP		UNITÁRIO	TOTAL
5	Execução e recomposição de muro de fechamentos com blocos de concreto aparentes, estruturado com cinta de travamento, pilares e vigas baldrame em concreto armado, com altura entre 2,20 a 3,00 metros	m²	1686	4.680	800	200	5680	R\$ 501,23	R\$ 2.846.986,40
6	Execução e recomposição de alvenaria de vedação com blocos de concreto aparente.	m²	24813	2.000	600	200	2800	R\$ 124,50	R\$ 348.600,00
TOTAL LOTE 2									R\$ 3.195.586,40

VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 16.660.955,40
----------------------	-------------------





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Data Base: SINAPI – (FEV/26); CDHU (NOV/25)  
Foi aplicado BDI de 24,23% sobre os preços





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

### 2º APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

No presente processo trataremos dos problemas com **“Execução de serviços de adequação e manutenção de calçadas em concreto e ladrilho hidráulico, rampas de acessibilidade e muro de fechamento”**

A execução de serviços de adequação e manutenção de calçadas em concreto e ladrilho hidráulico, assim como a construção de rampas de acessibilidade e muros de fechamento, é essencial para garantir a mobilidade urbana, a segurança dos pedestres e a conformidade com as normas de acessibilidade. Problemas comuns incluem desgaste natural das calçadas, quebras ou desníveis provocados por tráfego intenso ou raízes de árvores, além da ausência de rampas adequadas e da deterioração de muros de contenção ou fechamento.

A substituição de trechos danificados das calçadas por materiais de maior qualidade e durabilidade, como concreto e ladrilho hidráulico, contribui para reduzir manutenções frequentes e assegurar melhores condições de uso. A implantação de rampas de acessibilidade é indispensável para promover a inclusão social e permitir a circulação segura de pessoas com mobilidade reduzida. Já a construção e manutenção de muros de fechamento colaboram para a preservação do patrimônio público, garantindo organização e segurança nas áreas urbanas.

A ausência de manutenção adequada ou a demora na execução dos reparos pode resultar em desníveis, pisos escorregadios ou obstáculos que aumentam o risco de quedas, acidentes e restrições à mobilidade dos pedestres, principalmente idosos, crianças e pessoas com deficiência. Muros de fechamento danificados, além de comprometer a estética urbana, podem oferecer riscos à segurança e ao uso adequado dos espaços públicos.

A disponibilidade imediata de materiais e serviços especializados para adequação e manutenção dessas estruturas é crucial para assegurar a continuidade do uso seguro e eficiente dos passeios públicos. Investir em calçadas de qualidade, rampas acessíveis e muros resistentes representa não apenas economia a longo prazo, mas também um compromisso com a acessibilidade, a mobilidade urbana e o bem-estar da população.

Assim, a execução de serviços de adequação e manutenção de calçadas em concreto e ladrilho hidráulico, rampas de acessibilidade e muros de fechamento deve ser considerada prioridade na gestão da infraestrutura urbana, garantindo durabilidade, funcionalidade e segurança para todos os usuários.

#### 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2025) conforme detalhamento seguir no link <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2025>.

#### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

Os itens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, art. 6º, XIII, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Considerando que se trata de participação em Intenção de Registro de Preços, os requisitos da contratação obedecerão às regras estipuladas no Termo de Referência, de modo que somente haverá participação se os requisitos atenderem perfeitamente as necessidades da Unidade Requisitante. O objeto comum se trata de uma contratação mediante licitação, modalidade pregão, formato eletrônico.

Da natureza continuada ou não dos serviços: Não se aplica.

As empresas licitantes deverão especificar os itens ofertados de maneira clara e detalhada, incluindo características técnicas como tipo e modelo da ferramenta, material de fabricação, dimensões e peso, ergonomia e segurança no manuseio e normas técnicas aplicáveis.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano**, prorrogável por igual período, de acordo com o art. 84, da Lei nº 14.433/2021.

A opção pela **LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA** é motivada pela necessidade de continuidade na contratação. Busca-se manter a uniformidade na especificação dos materiais, garantindo um padrão de qualidade consistente. A diversificação de fornecedores para os mesmos itens poderia resultar em produtos de marcas distintas, acarretando variações na qualidade e encaixe das peças, o que comprometeria a qualidade do serviço final. Além disso, marcas diferentes implicariam em diferentes ciclos de vida útil dos produtos, dificultando o gerenciamento do patrimônio público.

Ao optar pelo mesmo fornecedor para o item, espera-se obter maior eficiência e redução dos custos finais de produção, bem como otimização dos processos logísticos. Acreditamos que essa estratégia resultará na diminuição dos valores da proposta, trazendo benefícios para a Municipalidade.

Ressaltamos que a adoção de fornecedores diferenciados para aquisição do mesmo item poderia comprometer a integridade do objeto a ser adquirido, em desacordo com o disposto no Art. 48 da Lei 147/2016.

Com a finalidade de fomentar a prática sustentável, a contratada deverá adotar medidas que colaborem com a redução dos impactos ambientais. Utilizará embalagens individuais adequadas para acondicionar e transportar os itens adquiridos, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

Os itens recebidos pela Unidade Requisitante que comportam descarte seletivo, serão destinados aos pontos de coleta de resíduos (Ecopontos) para garantir a destinação final adequada.

Os técnicos da Unidade Requisitante efetuarão vistoria no ato da entrega, e avaliarão as condições físicas do produto. Caso estas condições não sejam satisfatórias, a remessa poderá ser devolvida ou recusada, devendo ser reposta por outra, independentemente da aplicação das penalidades previstas.

O prazo para a entrega dos produtos será de **05 (cinco) dias corridos**, contados a partir do recebimento pelo detentor da Ata, do pedido, requisição ou ofício da Unidade Requisitante. Em casos excepcionais devidamente justificados e aceitos pela Unidade Requisitante, o prazo de entrega poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.

Corre por conta dos contratados, qualquer prejuízo causado ao produto em decorrência do transporte.

A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação vigência da contratação.

Contrato anterior com o mesmo objeto consta no Processo nº 11527/23:

- Ata 866/23 - Mr Comercial E Logistica Ltda Epp - Vigência: 19/12/2024.

#### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

As quantidades abaixo foram estimadas a partir de levantamentos técnicos realizados nas unidades municipais e espaços públicos, com base na necessidade de adequação, manutenção e recomposição das calçadas, rampas de acessibilidade e muros de fechamento.

Abaixo estão detalhadas as estimativas totais de quantidades a serem adquiridas:





# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	SESURB LOTE I	SEDUC	SESAP	TOTAL
1	Execução de manutenção/adequação de passeio (calçada) com concreto C25 ou superior de espessura mínima de 8cm com juntas de dilatação e lastro de brita de 5cm, incluso serviços preliminares e todos os insumos e mão de obra necessários à execução do serviço.	m²	20000	10.000	200	30.200
2	Execução de manutenção/adequação passeio (calçada) com revestimento em ladrilho hidráulico, sobre contrapiso em concreto C25 ou superior de espessura mínima de 8cm, com juntas de dilatação e lastro de brita de 5cm, incluso serviços preliminares e todos os insumos e mão de obra necessários à execução do serviço.	m²	8000	20.000	200	28.200
3	Demolição de piso em concreto para a execução/adequação de rampas de acessibilidade, incluindo todos os suprimentos e mão-de-obra necessários e descarte de entulho gerado.	m²	500	2.000	200	2.700
4	Execução e recomposição de rampa de acessibilidade, padrão ABNT NBR 9050.	m²	2500	2.000	100	4.600
LOTE II						
6	Execução e recomposição de muro de fechamentos com blocos de concreto aparentes, estruturado com cinta de travamento, pilares e vigas baldrame em concreto armado, com altura entre 2,20 a 3,00 metros	m²	4680	800	200	5.680
7	Execução e recomposição de alvenaria de vedação com blocos de concreto aparente.	m²	2000	600	200	2.800





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Estas estimativas foram cuidadosamente elaboradas com base em dados concretos e são fundamentais para garantir que as aquisições atendam adequadamente às necessidades da secretaria, promovendo uma gestão eficiente e transparente dos recursos públicos.

### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Na manutenção da infraestrutura urbana, a adequação e manutenção de calçadas são essenciais para garantir a segurança, acessibilidade e mobilidade dos pedestres, além de promover a valorização dos espaços públicos. A seguir, destacam-se algumas características e vantagens relacionadas à aquisição de materiais e execução desses serviços.

Componentes e Serviços Essenciais para Adequação e Manutenção de Calçadas:

**Concreto C25 ou superior:** Material resistente e durável, utilizado na execução de passeios com espessura mínima de 8 cm, garantindo estabilidade e longevidade ao piso.

**Ladrilho hidráulico:** Revestimento decorativo e funcional, aplicado sobre contra piso de concreto, que oferece acabamento estético aliado à resistência.

**Lastro de brita (5 cm):** Camada base fundamental para drenagem e suporte do piso, evitando o surgimento de trincas e desníveis.

**Juntas de dilatação:** Elementos indispensáveis para prevenir fissuras decorrentes da expansão e contração térmica do concreto.

**Execução e recomposição de rampas de acessibilidade:** Serviços realizados conforme padrão ABNT NBR 9050, que asseguram a mobilidade de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

**Serviços preliminares, insumos e mão de obra qualificada:** Garantem a correta preparação do local, aplicação dos materiais e acabamento final, assegurando a durabilidade e segurança do passeio.

A escolha criteriosa dos materiais e a contratação de profissionais especializados são fundamentais para a eficiência, durabilidade e adequação às normas técnicas vigentes.

#### Solução I: O contrato de locação de equipamentos e materiais para manutenção de calçadas

As suas principais vantagens são:

- **Custo inicial baixo:** Ideal para demandas temporárias ou emergenciais, evitando altos investimentos iniciais em equipamentos ou insumos.
- **Flexibilidade:** Permite a substituição rápida de materiais ou equipamentos conforme a necessidade, adaptando-se às variações no volume de serviços ou na especificação técnica.
- **Manutenção incluída:** a responsabilidade técnica pela conservação dos equipamentos e materiais pode ser atribuída à empresa locadora, reduzindo custos operacionais e garantindo a qualidade dos serviços.

As suas principais desvantagens são:

- **Custo a longo prazo:** O aluguel contínuo pode tornar-se financeiramente inviável para projetos de manutenção urbana duradouros.
- **Dependência de terceiros:** Possíveis atrasos na reposição ou manutenção dos equipamentos podem comprometer a execução dos serviços.
- **Disponibilidade limitada:** Alguns tipos específicos de materiais ou equipamentos para manutenção de calçadas podem não estar disponíveis no momento necessário.







## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

### Solução II: O contrato de aquisição de materiais execução direta das calçadas pela administração

Nesta solução, o Município realiza a aquisição dos insumos (concreto, ladrilho, brita, etc.) executa a obra com servidores próprios ou por meio de pequenas contratações complementares, sem terceirização total dos serviços.

#### As suas principais vantagens são:

- **Maior controle sobre o processo de execução:** A administração pública pode fiscalizar diretamente a qualidade da mão de obra e materiais utilizados.
- **Redução de custos a longo prazo:** Ao evitar a margem de lucro das empresas contratadas, é possível reduzir os custos totais, especialmente em demandas contínuas ou de pequena escala.
- **Flexibilidade para execução conforme cronograma interno:** As obras podem ser executadas por etapas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e de equipe.

#### As principais desvantagens são:

- **Necessidade de estrutura operacional própria:** Requer mão de obra técnica interna, equipamentos, ferramentas e logística adequados.
- **Maior tempo de execução:** Sem o apoio de empresas especializadas, a velocidade dos serviços pode ser menor, especialmente em demandas emergenciais ou de grande escala.
- **Gestão de materiais:** A administração terá que gerenciar estoques, transporte e controle dos insumos, o que pode demandar espaço físico e pessoal dedicado.

A contratação por meio de um procedimento licitatório de empresa especializada para a execução dos serviços de adequação e manutenção de calçadas se mostra a solução mais vantajosa para administração pública. Essa modalidade permite a contratação por registro de preços, viabilizando a execução dos serviços de forma gradativa e conforme a necessidade, evitando desperdícios, otimizando recursos e garantindo o melhor planejamento orçamentário.

Além disso, a contratação por pregão eletrônico que estimula a ampla concorrência entre os fornecedores favorece a obtenção de propostas mais competitivas, com melhores condições comerciais, qualidade técnica e prazos de execução adequados às necessidades da municipalidade.

Essas vantagens fazem do Pregão de registro de preços uma opção atrativa para a contratação dos serviços de manutenção de calçadas, promovendo:

- **Eficiência operacional;**
- **Redução de custos globais;**
- **Agilidade na resposta às demandas emergenciais;**
- **Garantia de qualidade e conformidade de técnica com normas como a NBR 9050.**

A SESURB, SESAP e SETRAN realizam periodicamente licitações próprias para serviços correlatos da infraestrutura urbana, como manutenção de calçadas, rampas e muros, contando com a participação de empresas especializadas no setor, como:

**MRCOMERCIAL LOGISTICA LTDA – CNPJ: 15.262.901/0001-29**

#### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para a estimativa dessa contratação, utilizou-se como base a planilha do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), Tabela CDHU(SP) e as composições de custos

Este documento foi assinado digitalmente por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

correspondentes, amplamente reconhecidas por refletirem os valores praticados no mercado para materiais e serviços.

A consulta a SINAPI e Tabela CDHU proporciona uma estimativa fundamentada e detalhada, considerando preços atualizados e regionalizados, assegurando maior precisão no planejamento e na contratação.

Adicionalmente, verificou-se que o mercado apresenta uma boa quantidade de possíveis fornecedores, o que contribui para a competitividade natural do setor, uma variável relevante na obtenção de preços adequados durante a contratação.

Os valores estimados apresentados abaixo foram obtidos com base na composição da SINAPI e Tabela CDHU, devendo ser revisados e atualizados no momento da elaboração do Termo de Referência, a fim de garantir que representem a estimativa de mercado mais realista e condizente com a situação atual.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	TABELA	CÓDIGO	UNIT. C/ BDI	TOTAL
LOTE I							
1.1	Execução de manutenção/adequação de passeio (calçada) com concreto C25 ou superior de espessura mínima de 8cm com juntas de dilatação e lastro de brita de 5cm, inclusos serviços preliminares e todos os insumos e mão de obra necessários à execução do serviço.	30.200	m²	COMPOSIÇÃO	—	R\$ 78,36	R\$ 2.366.472,00
1.2	Execução de manutenção/adequação passeio (calçada) com revestimento em ladrilho hidráulico, sobre contrapiso em concreto C25 ou superior de espessura mínima de 8cm, com juntas de dilatação e lastro de brita de 5 cm, inclusos serviços preliminares e todos os insumos e mão de obra necessários à execução do serviço.	28200	m²	COMPOSIÇÃO	—	R\$ 291,19	R\$ 8.211.558,00
1.3	Demolição de piso em concreto para a execução/adequação de rampas de acessibilidade, incluindo todos os suprimentos e mão-de-obra necessários e descarte de entulho gerado.	2700	m³	COMPOSIÇÃO	—	R\$ 483,77	R\$ 1.306.179,00
1.4	Execução e recomposição de rampa de acessibilidade, padrão ABNT NBR 9050.	4600	m²	COMPOSIÇÃO	—	R\$ 108,11	R\$ 497.306,00
VALOR TOTAL LOTE I							R\$ 12.381.515,00
LOTE II							
2.1	Execução e recomposição de muro de fechamentos com blocos de concreto aparentes, estruturado com cinta de travamento, pilares e vigas baldrame em concreto armado, com altura entre 2,20 a 3,00 metros	5680	m²	COMPOSIÇÃO	—	R\$ 469,83	R\$ 2.668.634,40
2.2	Execução e recomposição de alvenaria de vedação com blocos de concreto aparente.	2800	m²	SINAPI	103339	R\$ 124,50	R\$ 348.600,00
VALOR TOTAL LOTE II							R\$ 3.017.234,40
VALOR TOTAL GLOBAL							R\$ 15.398.749,40

### Memorial De Cálculo

O valor estimado será de **R\$ 15.398.749,40 (quinze milhões trezentos e noventa e oito mil setecentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos)**.

$$V_{\text{total estimado}} = \text{Soma dos valores totais de cada item (C)}$$

$$C = A \times B$$





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

$V_{\text{total}} = \text{Valor total estimado da contratação (em Reais);}$   
estimado

A = Quantidade total do item correspondente

B = Valor unitário do item correspondente (em Reais);

C = Valor total do item correspondente (em Reais).

### 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A modalidade pregão do tipo Registro de Preços para adequação e manutenção de calçadas em concreto e ladrilho hidráulico, rampas de acessibilidade e muro de fechamento para atender as demandas da Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Saúde Pública e Secretaria de Educação, de acordo com as especificações estão definidas de forma clara, concisa e objetiva conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	SESURB	SEDUC	SESAP	TOTAL
<b>LOTE I</b>						
1.1	Execução de manutenção/adequação de passeio (calçada) com concreto C25 ou superior de espessura mínima de 8cm com juntas de dilatação e lastro de brita de 5cm, inclusos serviços preliminares e todos os insumos e mão de obra necessários à execução do serviço.	m²	20000	10000	200	30.200
1.2	Execução de manutenção/adequação passeio (calçada) com revestimento em ladrilho hidráulico, sobre contrapiso em concreto C25 ou superior de espessura mínima de 8cm, com juntas de dilatação e lastro de brita de 5 cm, inclusos serviços preliminares e todos os insumos e mão de obra necessários à execução do serviço.	m²	8000	20000	200	28.200
1.3	Demolição de piso em concreto para a execução/adequação de rampas de acessibilidade, incluindo todos os suprimentos e mão-de-obra necessários e descarte de entulho gerado.	m³	500	2000	200	2.700
1.4	Execução e recomposição de rampa de acessibilidade, padrão ABNT NBR 9050.	m²	2500	2000	100	4.600
<b>LOTE II</b>						
2.1	Execução e recomposição de muro de fechamentos com blocos de concreto aparentes, estruturado com cinta de travamento, pilares e vigas	m²	4680	800	200	5680





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

	baldrames em concreto armado, altura máxima de 2,65 metros					
2.2	Execução e recomposição de alvenaria de vedação com blocos de concreto aparente.	m²	2000	600	200	2800

Quanto às especificações do item, levou-se em consideração as especificações dos produtos já adquiridos do portal de compras do Governo Federal (Compras.Gov), tabelas oficiais (SINAPI e CDHU) e em aquisição de outros órgãos.

Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens do portal Compras.Gov mais semelhantes aos descritos no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo portal Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.

A solução proposta consiste na execução de serviços de adequação e manutenção de calçadas em concreto e ladrilho hidráulico, bem como na construção de rampas de acessibilidade e muros de fechamento conforme especificações detalhadas na planilha estimativa. Esses serviços são indispensáveis para garantir a mobilidade urbana, a segurança dos pedestres e a preservação das áreas públicas, atendendo às normas técnicas e de acessibilidade vigentes.

As intervenções serão realizadas tanto em caráter preventivo quanto corretivo, assegurando a regularidade e a segurança na circulação de pessoas, especialmente idosos, crianças e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A ausência de manutenção e adequação adequada pode resultar em desníveis, piso escorregadios, barreiras físicas ou falhas estruturais, comprometendo a acessibilidade e aumentando o risco de acidentes.

A escolha dos materiais, como concreto de alta resistência e ladrilho hidráulico, justifica-se pela durabilidade, facilidade de manutenção, compatibilidade com o ambiente urbano e bom desempenho estético. Da mesma forma, as rampas de acessibilidade e os muros de fechamento serão executados com base em padrões técnicos que asseguram segurança, funcionalidade e integração às estruturas existentes.

A opção por essa solução foi fundamentada em análises técnicas e econômicas, considerando critérios de custo-benefício, qualidade dos materiais e ampla disponibilidade no mercado, garantindo que a administração pública atenda às demandas de forma ágil, eficiente e com economia de recursos.

Por fim, a solução proposta atende de forma satisfatória à demanda da Administração, permitindo que a execução dos serviços seja realizada de maneira eficiente e assertiva, garantindo a acessibilidade, segurança dos pedestres e a adequada preservação da infraestrutura urbana.

### 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

A licitação é um processo seletivo mediante o qual a Administração Pública oferece igualdade de oportunidade a todas as empresas interessadas em participar do certame. No caso, propomos que a licitação seja julgada por **MENOR VALOR POR LOTE**. Sendo assim, cada empresa vencedora será responsável pela entrega da totalidade do quantitativo do lote licitado, durante o prazo contratual, com entrega fracionada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, em tantas parcelas quanto se comprovarem técnica e economicamente viáveis.

Essa modalidade possibilita maior competitividade, pois permite que diferentes fornecedores participem e sejam selecionados para os lotes nos quais possuem maior expertise ou melhor capacidade de atendimento. Dessa forma, assegura-se maior flexibilidade e eficiência no processo licitatório, garantindo a aquisição de lotes com os menores preços praticáveis e de fornecedores especializados em cada produto.

Este documento foi assinado digitalmente por PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Além disso, a consolidação do fornecimento dos itens de um mesmo lote por um único fornecedor especializado pode resultar em significativo aumento na eficiência e redução do custo final da produção. A eficiência logística do prestador de serviços contribuirá para a redução de custos adicionais. Considerando esses aspectos, acredita-se que a proposta resultará na diminuição dos valores ofertados, proporcionando benefícios à Municipalidade.

Considerando esses aspectos, acredita-se que a proposta resultará na diminuição dos valores ofertados por item, sem prejuízo à qualidade ou à eficiência, proporcionando benefícios diretos à Administração Pública e à população.

### **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Em conformidade com a Lei 14.133/21, a execução dos serviços de adequação e manutenção de calçadas em concreto e ladrilho hidráulico, bem como a construção de rampas de acessibilidade e muros de fechamento, por meio de um Registro de Preços, apresentará uma série de benefícios diretos e indiretos para a Administração Pública e para a comunidade em geral.

A realização desses serviços será amplamente vantajosa em diversas situações, principalmente por garantir maior durabilidade, segurança e acessibilidade à infraestrutura urbana do município. Esses benefícios se traduzem em economia, eficiência e sustentabilidade ao longo do ciclo de vida das obras públicas.

Ao atender de forma eficiente à demanda por adequação e manutenção, possibilitamos a preservação da integridade dos espaços públicos, a melhoria da mobilidade urbana e a promoção da inclusão social, especialmente para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Além disso, a solução proposta assegura maior confiabilidade e agilidade na execução e manutenção da infraestrutura urbana.

Dessa forma, a execução desses serviços não apenas proporciona benefícios econômicos diretos, como também promove a eficiência, eficácia e sustentabilidade no uso dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para o melhor aproveitamento dos recursos públicos.

### **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Após análise minuciosa, não foram identificadas providências adicionais a serem adotadas neste momento. Considerando que se trata de um objeto de uso frequente e com histórico de longa data na utilização, a administração já dispõe de um espaço físico destinado ao carregamento e estocagem.

Dessa forma, diante da infraestrutura já estabelecida e da familiaridade com o processo de armazenamento e manuseio desses materiais, não se faz necessária a adoção de medidas adicionais para adequação do ambiente da organização ou capacitação de servidores neste momento específico.

No entanto, a administração permanecerá atenta às necessidades futuras que possam surgir durante a execução do contrato, estando pronta para adotar as providências adequadas conforme necessário, visando assegurar a eficácia e eficiência na gestão contratual e na fiscalização dos serviços.

### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Esta contratação refere-se exclusivamente à execução de serviços de adequação e manutenção de calçadas em concreto e ladrilho hidráulico, bem como à construção de rampas de acessibilidade e muros de fechamento, destinados à melhoria da mobilidade urbana e da segurança dos espaços públicos municipais. Não há, portanto, a necessidade de aquisição de materiais ou serviços adicionais que não estejam diretamente vinculados à execução do objeto contratado.

Assim, considerando a especificidade desta contratação e a ausência de vínculos com outras aquisições, não se aplicam contratações correlatas ou interdependentes ao presente processo, conforme estabelecido neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Este documento foi assinado digitalmente por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.



## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução dos serviços de manutenção e adequação de calçadas, rampas de acessibilidade e muros possui impactos ambientais considerados mínimos e controláveis, desde que observadas as boas práticas de engenharia e normas técnicas aplicáveis.

Durante a realização das obras, os principais impactos previstos são:

- Geração de resíduos da construção civil (**RCC**), como restos de concreto, argamassa, pedras, blocos e solo removido;
- Emissão de poeira e ruído, especialmente durante as etapas de demolição e preparo de base;
- Uso de recursos naturais, como areia, cimento e brita;
- Possível interferência temporária em áreas com vegetação urbana (raízes de árvores próximas às calçadas).

Esses impactos serão mitigados por meio das seguintes medidas:

- Destinação adequada dos resíduos conforme normas municipais e diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), priorizando a reutilização e a reciclagem quando possível;
- Planejamento da obra para evitar a supressão desnecessária de vegetação;
- Preferência por materiais de menor impacto ambiental;
- Proteção das bocas de lobo e sistemas de drenagem para evitar o carreamento de materiais sólidos;

Ao promover a adequação das calçadas, o projeto contribui para a sustentabilidade urbana, ao incentivar a mobilidade ativa (caminhada, uso de cadeiras de rodas etc.), reduzindo a dependência de transportes motorizados.

Portanto, os impactos ambientais são **mitigáveis e compensados** pelos benefícios sociais, urbanos e de acessibilidade proporcionados à população.

### 13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**13.1** O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita se mostra tecnicamente, economicamente e ambientalmente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, **DECLARO SER VIÁVEL** a contratação pretendida, sendo necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes para que elas possam tomar ciência dos atos e as providências cabíveis.

O presente processo trata-se de um registro de preço do qual oferece maior agilidade e flexibilidade para as contratações públicas, ele não obriga o órgão ou entidade pública a adquirir os bens ou contratar os serviços registrados, sendo apenas uma opção para facilitar as futuras compras.





**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**ANEXO II – PLANILHA PROPOSTA**

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

ENDEREÇO COMPLETO:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

TELEFONE:

LOTE 1 – TIPO DE PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CATSER	QTD. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Execução de manutenção/adequação de passeio (calçada) com concreto C25 ou superior de espessura mínima de 8cm com juntas de dilatação e lastro de brita de 5cm, incluso serviços preliminares e todos os insumos e mão de obra necessários à execução do serviço.	m²	5622	30200		
2	Execução de manutenção/adequação passeio (calçada) com revestimento em ladrilho hidráulico, sobre contrapiso em concreto C25 ou superior de espessura mínima de 8cm, com juntas de dilatação e lastro de brita de 5cm, incluso serviços preliminares e todos os insumos e mão de obra necessários à execução do serviço.	m²	5622	28200		
3	Demolição de piso em concreto para a execução/adequação de rampas de acessibilidade, incluindo todos os suprimentos e mão-de-obra necessários e descarte de entulho gerado.	m³	1635	2700		
4	Execução e recomposição de rampa de acessibilidade, padrão ABNT NBR 9050.	m²	5622	4600		
VALOR TOTAL						

LOTE 2 – TIPO DE PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CATSER	QTD. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	Execução e recomposição de muro de fechamentos com blocos de concreto aparentes, estruturado com cinta de travamento, pilares e vigas baldrame em concreto armado, com altura entre 2,20 a 3,00 metros	m²	1686	5680		
6	Execução e recomposição de alvenaria de vedação com blocos de concreto aparente.	m²	24813	2800		
VALOR TOTAL						

**Havendo divergência no descritivo do objeto licitado constante no código CATMAT/CATSER e o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial, prevalecerá o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial.**

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.externo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código XLFM50ME JPI5D7KN VE7OPQ6K F35WDXKY  
Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Praia Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**Razão Social da empresa proponente**

CNPJ:

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do representante legal Cargo:**

Carteira de identidade nº:

CPF:

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código XLFM5OME JPI5D7KN VE70PQ6K F35WDXKY  
Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.









## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**5.7.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**5.8.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**5.8.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, que a justificativa seja aceita pela Administração.

**5.9.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

**5.10.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**5.11.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

**6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados nas seguintes situações:

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**6.1.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

**6.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

**7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado. Não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Este documento foi assinado digitalmente por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. Para verificar a assinatura digital, acesse: <http://brasil.gov.br/assinador> ou escaneie o QRCode ou o código de barras.









## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**8.2.3.** Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

**8.2.4.** Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**8.3.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**8.3.1.** O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

**8.4.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

## 9. DAS PENALIDADES

**9.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

**9.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**9.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

**9.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 10. CONDIÇÕES GERAIS

**10.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

**10.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para órgão ou entidade.

## 11. DO FORO

**11.1.** Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

**11.2.** Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente TERMO DE REFERÊNCIA em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, \_\_\_\_\_, digitei, assinado \_\_\_\_\_ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 2026, ano ..... da emancipação político administrativa.

**SORAIA M. MILAN**  
Secretária Municipal de Serviços Urbanos

**PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**  
Secretária Municipal de Educação





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**  
Secretário Municipal de Saúde Pública

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_

Processo Administrativo nº 1412/2024

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código XLFM5OME JPI5D7KN VE70PQ6K F35WDXKY  
Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo  
SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

### ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A EMPRESA XXXXXX

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presente **SORAIA M. MILAN**, titular da Secretaria de Serviços Urbanos, por atribuição conferida através do Artigo 66º, inciso XII; **PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**, titular da Secretaria de Educação, por atribuição conferida através do Artigo 48º, inciso XXXI e **JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**, titular da Secretaria de Saúde Pública, por atribuição conferida através do Artigo 51º, inciso XIX; referente a Lei Complementar nº 913 de 01 de abril de 2022 c/c Lei Complementar nº 1011/2026, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado **CONTRATADO**, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **1412/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7929/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato decorrente do Registro de Preços **006/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM CONCRETO E LADRILHO HIDRAULICO, RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E MURO DE FECHAMENTO**, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
...					
VALOR TOTAL					

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta)** dias, a contar da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

#### 5.1. DO VALOR

5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXX (por extenso)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 5.2. DO PAGAMENTO

5.2.1. O prazo para pagamento do contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

### CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **(DD/MM/AAAA)**.

6.2. Após o interregno de 1 (um) ano, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste dos preços até o término da vigência contratual, sendo que os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente a época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado “pro-rata die”, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para o reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a autenticidade e o QRCode ou acessar: <https://assinadoronline.milao.com.br/consulta-e-informacoes>  
Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;**

**7.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;**

**7.1.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;**

**7.1.7. Aplicar ao CONTRATADO sanção motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;**

**7.1.8. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso de**  
**art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

**7.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.**

**7.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

**8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:**

**8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.**

**8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);**

**8.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato.**

**8.1.4.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**8.1.5.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**8.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;**

**8.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da**





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**8.1.8.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.1.9.** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

**8.1.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**8.1.11.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**8.1.12.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**8.1.13.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**8.1.14.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**8.1.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**8.1.16.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**8.1.17.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**8.1.18.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**8.1.19.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

**8.1.19.1.** No caso específico da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (art. 429 da CLT);

Este documento foi assinado digitalmente por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.











## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**10.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

**10.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

**10.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

**10.6.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**10.6.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**10.6.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**10.6.4.** Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

**10.6.5.** Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

**10.8.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.9.** O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**11.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isto ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Este documento foi assinado digitalmente por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN. Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

**11.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**11.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referido no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**11.3.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**11.3.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.3.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**11.3.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**11.4.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**11.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**11.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**11.4.3.** Indenizações e multas.

**11.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.6.** O CONTRATANTE poderá nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133 de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

**11.7.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**12.1.** As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº

SECRETARIA	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE
SESURB	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS
	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.39.00	FEDERAL
SEDUC	09.02.00/12.361.2006.2381/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS
SESAP	10.07.00/10.122.1001.2377/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS

**12.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

**13.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode em: <https://assinadigitalmunicipio.pr.gov.br/consulta-e-informacoes>  
Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei 14.133, de 2021).

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

**15.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

**16.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

**17.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Contrato.

**17.2.** Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, \_\_\_\_\_, digitei, assinado \_\_\_\_\_ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 2026, ano ..... da emancipação político administrativa.

**SORAIA M. MILAN**

Secretária Municipal de Serviços Urbanos

**PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**

Secretária Municipal de Educação

**JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**

Secretário Municipal de Saúde Pública

Representante legal do CONTRATADO

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadigital.sp.gov.br/consulta-e-informacoes>  
Assinado por: PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

### **TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_

Processo Administrativo nº 1412/2024

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código XLFM5OME JPI5D7KN VE70PQ6K F35WDXXY  
Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.







## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

### ANEXO V – CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código XLFM50ME JPI5D7KN VE70PQ6K F35WDXKY  
Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.



## Verificação de assinatura

Código de verificação:

XLFM5OME JPI5D7KN VE7OPQ6K F35WDXKY



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto n° 8.025, de 23 de julho de 2024.

Lista de assinaturas:



Assinado digitalmente por PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, CPF: 199.354.948-02, em: 04/05/2026 12:33:46



Assinado digitalmente por JOSE ISAIAS COSTA LIMA, CPF: 318.588.378-04, em: 04/05/2026 13:26:32



Assinado digitalmente por SORAIA MOURAO MILAN, CPF: 134.045.568-44, em: 04/05/2026 14:33:07

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código XLFM5OME JPI5D7KN VE7OPQ6K F35WDXKY  
Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA e SORAIA MOURAO MILAN.

